

OBSERVATÓRIO  
BRASIL E O SUL

Boletim Brasil e o Sul

Outubro / 2014  
1ª edição

## Nesta edição

O Brasil e a cooperação internacional para o desenvolvimento na CPLP

Página 1

BRICS: o que acontece além da Cúpula dos líderes?

Página 5

Agenda Aconteceu no Brasil e no mundo

Página 8

Página 9

Publicações recentes

Página 10

CONSEA em entrevista

Página 11

O Observatório Brasil e o Sul busca promover transparência e debate crítico e amplo sobre a atuação brasileira no Sul Global, evidenciando práticas que contribuam para sociedades mais justas e problematizando atuações que coloquem em risco os direitos humanos, políticos e sociais; através da disponibilização e produção de informações e análises.

[www.obs.org.br](http://www.obs.org.br) | [contato@obs.org.br](mailto:contato@obs.org.br)

## Coordenação



<http://www.articulacaosul.org>

## Apoio



OXFAM

Uma publicação do Observatório Brasil e o Sul que busca difundir informação e conhecimento sobre a atuação brasileira no Sul Global.



Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

## O Brasil e a cooperação internacional para o desenvolvimento na CPLP: a segurança alimentar e nutricional em perspectiva

A cooperação do Brasil com os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>1</sup> tem sido umas das prioridades na atual pauta de Política Externa do Brasil. Isso se reflete nas parcerias de cooperação que o Brasil possui no âmbito das ações que compõem a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (CoBraDI).

Os membros da CPLP fazem parte do grupo de países que reúnem o maior número de projetos do continente africano coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), no âmbito da *Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento* (CTPD).<sup>2</sup> Além disso, são parceiros da cooperação humanitária brasileira levada à cabo pela Coordenação-Geral de Combate à Fome (CG-Fome). Deve-se, também, incluí-los como destino da cooperação educacional (notadamente como destinatários das bolsas de estudo), com destaque para Guiné Bissau, Timor Leste, Moçambique e Cabo Verde, bem como as operações de paz realizadas no Timor Leste.

Há também muitas iniciativas de cooperação intra-bloco, cujo acompanhamento é feito por representantes dos nove países-membros. Duas vezes por ano, representantes dos países estão reunidos no âmbito da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação (RPFC) para assessorar os demais órgãos dos países em assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento.<sup>3</sup>

Cumpramos ressaltar que a cooperação é um dos três objetivos da Comunidade, juntamente a outros dois, a saber: concertação político-diplomática entre seus membros em matéria de relações internacionais e promoção e difusão da língua portuguesa. Além disso, tal como registrado nos princípios da Comunidade, a promoção da cooperação mutuamente vantajosa deverá ser estimulada com o propósito de promover práticas democráticas, boa governança e respeito pelos direitos humanos. Dentre as áreas temáticas existentes e que integram o rol exemplificativo de ações de cooperação previsto no Estatuto da CPLP (artigo 4, alínea "b") estão: a educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, oceanos e assuntos do mar, agricultura, segurança alimentar, administração pública.

1 A CPLP, criada em julho de 1996 é dotada de personalidade jurídica internacional. Os países-membro da CPLP são: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Recentemente na Cúpula de Díli, anunciou-se a oficialização da entrada da Guiné Equatorial, país de colonização espanhola, na Comunidade.

2 Apesar de a ABC ser a coordenadora dos projetos, são os ministérios e agências governamentais que executam as ações de cooperação e, muitas vezes, pautam a agenda ao lançarem estratégias de ação para as solicitações recebidas dos países e ao decidirem dar continuidade ou proporem ações complementares aos projetos existentes.

3 Conforme consta no artigo 20 do Estatuto da CPLP, disponível no sítio eletrônico da Comunidade [http://www.cplp.org/Files/File/cplp/CCEG/IX\\_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf](http://www.cplp.org/Files/File/cplp/CCEG/IX_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf) Acesso em agosto de 2014.

## Cooperação comunitária

Os projetos de cooperação desenvolvidos pela CPLP em benefício de seus países membros são financiadas pelo Fundo Especial da Comunidade em prol do desenvolvimento dos países-membros. Esse Fundo administra os recursos financeiros oriundos de contribuição dos países-membros e de outras fontes públicas e privadas, conforme consta no artigo 26 do Estatuto da CPLP. As contribuições para o Fundo são voluntárias e se distinguem daquelas contribuições para o funcionamento do Secretariado Executivo da Comunidade que são contribuições obrigatórias fixadas em cotas por países.

As ações de cooperação da CPLP são, primeiramente, guiadas pela Estratégia Geral de Cooperação, definida durante a VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo realizada em Bissau no ano de 2006. Nessa ocasião foi recomendado que a cooperação estivesse em estreita harmonia com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Em 2009, estabeleceu-se como visão estratégica pós Bissau a utilização de metodologias de formulação de projetos que privilegiassem o contato com a população beneficiária e os programas de cooperação setoriais, a exemplo do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde.

A Estratégia Geral, por sua vez, orienta a formulação do Programa Indicativo de Cooperação (PIC), que é um instrumento de planejamento à médio prazo cujas prioridades são resultantes das reuniões ministeriais-setoriais da CPLP e estratégicas para o levantamento de recursos financeiros. Estabelece-se, no nível do PIC, para a cooperação:

As áreas de cooperação comunitária [são identificadas] a partir das necessidades partilhadas pelos Estados, conforme as respectivas Estratégias Nacionais de Redução da Pobreza e programas setoriais relevantes;

Prevê que os seus projectos integrarão “temáticas transversais, tais como género, ambiente ou governação”;

No quadro da sua implementação, espera-se, igualmente, que seja possível comprometer os sectores estatais e “o envolvimento da sociedade civil e da iniciativa privada, enquanto agentes que contribuem para a redução da pobreza”<sup>4</sup>.

Cabe ao Secretariado Executivo e à Reunião de Pontos Focais de Cooperação a responsabilidade pela condução e coordenação das ações desenvolvidas no quadro da *cooperação comunitária*.

Sobre as iniciativas de projetos de cooperação no marco do PIC, revelou-se na última Reunião dos PFC ocorrida em Díli em julho de

No dias 17 e 18 de julho último ocorreu a XXIX Reunião dos Pontos Focais de Cooperação em Díli, capital do Timor Leste, e um dos destaques da reunião foi o tema da Segurança Alimentar e Nutricional:

*O período em relato [agosto de 2012 a junho de 2014] fica claramente marcado pelo reforço na agenda comunitária de toda uma dinâmica ligada à Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP e pela consolidação da intervenção do pilar cooperação em três eixos fundamentais: capacitação e reforço institucional; educação para a cidadania; desenvolvimento e direitos humanos.*

(CPLP, 2014)<sup>5</sup>

2014 que se contabilizou mais de 10 milhões de euros em ações pontuais e projetos para o período de 2000 e 2014, sendo que são cerca de 5 milhões de euros em fase de execução e mais de 6 milhões já executados. Segundo nota oficial da Reunião, foram apresentadas as seguintes propostas de cooperação:

- “Plataforma Skan CPLP” como mecanismo de compartilhamento de conhecimento e tecnologia entre os países para o desenvolvimento do setor agroalimentar, em sua primeira fase;
- “Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOPs e Timor Leste”, em sua terceira fase;
- A ação pontual “Assistência Técnica ao Centro de Informação em Proteção Social - CIPS”, terceira etapa;
- “Ação de Formadores sobre o combate ao tráfico de seres humanos para profissionais do sistema de justiça penal”.

Essas iniciativas orientam-se pela proposta de “cooperação estruturante” que procura acelerar níveis de competência, sustentabilidade e apropriação.

Registra-se ainda que ao longo da presidência moçambicana da Comunidade (2012-2014), o grupo dos pontos focais de cooperação reconheceram o avanço com relação aos instrumentos que operacionalizam a cooperação comunitária e, também, o impulso que se procurou introduzir ao tema da segurança alimentar e nutricional.

## Cooperação entre o Brasil e os Países da CPLP

De acordo com os dados do Relatório CoBraDI, que contabilizou os recursos financeiros do governo federal brasileiro, em 2010, para as modalidades de cooperação técnica, educacional, científica e tecnológica, humanitária, operações de manutenção da paz e gastos com organismos internacionais; os recursos por região indicam que 22,6% foram direcionados para a África, atrás

<sup>4</sup> Cooperação na CPLP: uma visão estratégica de cooperação pós-Bissau, 2009. Disponível em:

[http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/Pontos\\_Focais/XIX\\_Praia\\_Jun09/CooperacaoCPLP\\_posBissau\\_XIXREPFC\\_OC.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/Pontos_Focais/XIX_Praia_Jun09/CooperacaoCPLP_posBissau_XIXREPFC_OC.pdf) Acesso em setembro de 2014.

<sup>5</sup> XXIX Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP: Nota à Comunicação Social, 2014.

Disponível em [http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/cooperacao/RPFC/Comunicado\\_XXIX\\_RPFC\\_comunicado\\_imp\\_2.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/cooperacao/RPFC/Comunicado_XXIX_RPFC_comunicado_imp_2.pdf). Acesso em setembro, 2014

somente da América do Sul e Caribe com 68,1%, sendo que não se deve ignorar o terremoto ocorrido no Haiti em janeiro de 2010 que direcionou grande parte das ações de cooperação àquele país. Nesse cenário, os países integrantes da CPLP (exceto Portugal)<sup>6</sup>, ocupam papel de destaque nas respectivas regiões, a saber: Timor Leste tem 52,3% de toda a cooperação com Ásia e Oriente Médio; e na África, Cabo Verde (24,4%); Guiné-Bissau (21,2%); Moçambique (13,3%); São Tomé e Príncipe (10,4%) e Angola (7,2%) somam 76,5% de toda a cooperação (BRASIL, 2013)<sup>7</sup>.

Alguns dos projetos mais emblemáticos da pauta de cooperação técnica entre o Brasil com países da CPLP<sup>8</sup>:

- construção da fábrica de medicamentos antirretrovirais em Moçambique;
- implantação do centro de formação profissional em São Tomé e Príncipe nos moldes do SENAI, inaugurado recentemente;
- fortalecimento do sistema de saúde de Angola PROFORSA por meio do desenvolvimento de recursos humanos no Hospital Josina Machel e nos serviços de saúde e revitalização da atenção primária;
- a segunda etapa do programa de segurança alimentar do Timor Leste com alimentação escolar, agricultura familiar, cisternas, educação alimentar e hortas escolares;
- Mais Alimentos África em Moçambique que alia cooperação técnica com créditos concessionais para compra de equipamentos brasileiros;
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) África em Moçambique que tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar através da criação de cadeias de abastecimento alimentar locais. O programa articula também as compras locais de alimentos promovidas pelos projetos Purchase for Progress e do Home Grown School Feeding, iniciativas do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e da Organização Mundial de Alimentos (FAO);
- o Projeto ProSavana para o desenvolvimento agrícola para as savanas tropicais de Moçambique resultado da parceria dos dois países com a agência de cooperação japonesa JICA;
- a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).
- o PEC-G, proporciona bolsa de estudos à estudantes de graduação em instituições de ensino superior públicas e privadas brasileiras (em 2010, as bolsas concedidas representaram 74% do orçamento de R\$31 milhões do programa).

## Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP

Observa-se uma convergência entre a frequência em que esse tema aparece na pauta de cooperação técnica e humanitária do Brasil e sua inclusão na pauta de cooperação da Comunidade.

A CPLP conta com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN) que é órgão consultivo da Conferência de Chefes de Estado e de Governo para implementar a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN), aprovada em 2011.

A ESAN tem sua visão e objetivo direcionados para o direito humano à alimentação adequada. Esse direito assume importância na erradicação da fome e da pobreza na Comunidade, através do reforço da coordenação entre os Estados-membros e da maior governança das políticas e programas setoriais de segurança alimentar e nutricional. Assim, ela entende sua atuação com base nos seguintes marcos:

- A IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP sobre o lema “os Desafios da Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP”, em Maputo;
- A declaração das Nações Unidas, que consagra 2014 como Ano Internacional da Agricultura Familiar;<sup>9</sup>
- A iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas, relativa à parceria “Fome Zero Mundial”;
- A iniciativa internacional “Scaling up Nutrition” (Movimento de Promoção da Nutrição);
- A criação da Plataforma dos Camponeses da CPLP, realizada no contexto da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio +20);
- A iniciativa de criação do Fórum das Mulheres Rurais da CPLP, em Maputo, por ocasião da IX Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP;
- A formação de um Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar na CPLP;
- O lançamento do Observatório do Direito Humano à Alimentação Adequada na CPLP e seu papel de apoio a implementação da ESAN.

Como principais iniciativas em SAN, cita-se o projeto “Promoção da segurança alimentar nas cidades da CPLP através do desenvolvimento da agricultura urbana sustentável” e a previsão da participação da sociedade civil nas discussões coordenadas pelo Conselho.

6 As ações estão direcionadas aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) e o Timor Leste, sendo que a cooperação com Portugal se distingue das demais por ter uma orientação mais Norte-Sul (países desenvolvidos com o Brasil) e por ocupar papel pouco relevante na cooperação brasileira. Portugal não figura entre os países da pauta de cooperação recebida (CGCR) da ABC, nem mesmo como parceiro da cooperação triangular que visa somar esforços com o Brasil para a cooperação Sul-Sul, como é o caso de Japão, Espanha e Alemanha.

7 Brasil (2013) Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2010, Brasília: IPEA/ABC

8 Os projetos podem ser acessados por meio do sítio eletrônico da ABC [www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa](http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa). Acesso em setembro de 2014.

9 As Nações Unidas declararam 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar com o objetivo de aumentar a visibilidade da agricultura familiar e dos pequenos agricultores, focando a atenção mundial no seu importante papel na erradicação da fome e da pobreza, provisão de segurança alimentar e nutricional, melhoria dos meios de subsistência, gestão dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

## A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento em números

Segundo o levantamento oficial, a cooperação brasileira cresceu de cerca de R\$ 530 milhões<sup>10</sup> em 2005 para R\$ 1,6 bilhões em 2010, somando um total de R\$4,5 bilhões para o período contabilizado. Desse total, cerca de 51% se destinaram a doações a Organizações Internacionais; 23% a operações de paz; 9% a cooperação humanitária; 7,5% a cooperação técnica e científica, 6% a cooperação educacional e concessão de bolsa estudos.

A Cooperação Humanitária é a modalidade que mostrou, proporcionalmente, o maior aumento de recursos no período registrado pelos dois relatórios CoBraDi: em 2005 ela representou 0,31 por cento do total de recursos investidos e em 2010 passou para 18 por cento. Os países da CPLP foram beneficiários de 8 por cento de todos os recursos nessa modalidade, com Guiné Bissau sendo o maior beneficiário.

A Cooperação Técnica, por sua vez, mais do que triplicou no período de 2005 a 2010 de R\$ 27, 6 milhões em 2005 para R\$ 101 milhões em 2010, totalizando R\$ 363, 3 milhões em projetos executados durante o período. Os principais temas da pauta da CTPD são agricultura, saúde; segurança pública, educação, meio ambiente, administração pública e desenvolvimento social. A África tem sido a principal região geográfica a receber recursos financeiros da ABC, o que não necessariamente corresponde ao maior número de projetos, que é liderado pela América Latina e Caribe.

Fonte: Leite, I. C., Suyama, B., Waisbich, L. T., & Pomeroy, M. (2014). Brazil's Engagement in International Development Cooperation: the State of the Debate. Brighton: IDS

O projeto, financiado com o Fundo da CPLP, está basicamente centrado nas cidades de Bissau e de Maputo e possui apoio da Escola Superior Agrária de Coimbra (Portugal) para a implementação de ações em prol da criação de hortas sociais e do envolvimento de distintos atores e famílias com maior vulnerabilidade em suas ações. Além disso, o projeto pretende contribuir para que ambos países atinjam suas metas, orientadas pelo primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

A participação da sociedade civil, por sua vez, se dá por meio da Rede da Sociedade Civil para a Alimentação Nutricional (REDSAN) e da Plataforma dos Camponeses da CPLP. Ambos os grupos são estimulados a participarem das reuniões do Conselho e em prol da implementação da ESAN. Em especial a REDSAN, criada em 2007, congrega mais de 400 organizações da sociedade civil de todos os países-membros, incluindo diferentes temas e diferentes grupos vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional – organizações de base comunitária, agricultores, pescadores, mulheres, pessoas com HIV/Aids, jovens, consumidores, ONGs, dentre tantos outros. Contudo, apesar da previsão formal dessa participação, a sociedade civil ainda reclama sua baixa incidência nas ações da Comunidade.

No mês de abril de 2014, a REDSAN e a Plataforma dos Camponeses enviaram uma carta aberta ao Secretário Executivo da CPLP em que, dentre outras coisas, assinala: a necessária alocação dos recursos previstos, no marco de criação do CONSAN, para as ações abaixo da ESAN e para o funcionamento do Mecanismo da Sociedade Civil; importância do fortalecimento do Secretariado Técnico da ESAN, cujo mandato se encontra quase que inteiramente por cumprir; maior atenção às inconsistências existentes entre a Campanha “Juntos contra a Fome” e os eixos da ESAN, o que promove desalinhamento entre os recursos e esforços dos objetivos já traçados; paralisia e inadequações no plano de atividades da primeira sessão do CONSAN e no plano de contingência do Secretariado Técnico da ESAN, realizado em Cabo Verde em 2013.

Esse tema, entretanto, parece ter perdido força no último ano com a não realização da reunião do CONSAN que resultaria em recomendações para tomadas de decisão por ocasião da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo realizada no mês de julho em Díli, no Timor Leste. Com isso, aguarda-se novos desdobramentos, seja da participação da sociedade civil no tema, seja das propostas de ações concretas no âmbito do Conselho, enquanto isso, o tema avança no âmbito do mencionado projeto comunitário e na pauta bilateral da cooperação do Brasil com esses países.

<sup>10</sup> Todos os cálculos incluem montantes destinados às operações de paz. Estima-se que estes dados não mais representam a realidade atual da cooperação brasileira, devido ao congelamento e redução a partir de 2011 dos recursos disponíveis para a CSS (Beghin, N. no prelo. A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional na Área de Segurança Alimentar e Nutricional: Avanços e Desafios. Brasília: INESC e Oxfam). No entanto, deve-se aguardar novos dados do relatório CoBraDI para maiores informações sobre o cenário da cooperação de 2010 a 2014.



Integração e Alianças Políticas



Investimento e Relações Comerciais

## BRICS: o que acontece além da Cúpula dos líderes?

Por ocasião da VI Cúpula dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que aconteceu no mês de julho de 2014 em Fortaleza, Brasil, interessante se faz analisar o contexto da reunião. Aos mecanismos de cooperação intra-BRICS anunciados na Declaração de Fortaleza deve-se somar as várias discussões e declarações dos grupos de interesses que influenciam e informam a tomada de decisão dos líderes do bloco.

A sexta reunião dos chefes de Estado e de governo inicia o segundo ciclo de Cúpulas dos BRICS, marcada por dois instrumentos financeiros que selam a institucionalização do bloco: o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas. Para se conhecer o contexto desses mecanismos, cita-se a Declaração de Fortaleza que explica no seu início:

"Para inaugurar o segundo ciclo de Cúpulas do BRICS, o tema escolhido para as nossas discussões foi 'Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis', condizente com as políticas macroeconômicas e sociais inclusivas implementadas pelos nossos governos e com o imperativo de enfrentar desafios à humanidade postos pela necessidade de se alcançar simultaneamente crescimento, inclusão, proteção e preservação."

Desde a primeira menção aos BRICS feita pelo economista inglês Jim O'Neill do banco Goldman Sachs quanto à participação de Brasil, Rússia, Índia e China na economia global e seu potencial de superar as grandes potências globais a partir de 2050, esses 4 países (mais a África do Sul a partir de 2011) iniciaram negociações para criar um bloco no âmbito das concertações políticas e econômicas globais. Em linhas gerais, pode se dizer que os BRICS visam contribuir para fortalecer uma ordem internacional multipolar e uma mudança na correlação de forças no plano internacional.

Os BRICS vêm atuando em duas frentes principais: negociação e articulação da reforma dos mecanismos de governança global, principalmente nos fóruns de regulação financeira, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial e cooperação intra-BRICS seja no setor financeiro, cristalizada no banco de desenvolvimento e no Arranjo Contingente ou em setores como a agricultura, ciência e tecnologia, saúde, comércio, segurança e energia.

O bloco dos BRICS foi anunciado em 2006 na Assembleia Geral das Nações Unidas e realiza reuniões de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo anualmente desde 2009.

Figura 1. Primeiro Ciclo de Cúpulas dos BRICS e alguns posicionamentos

### I Cúpula em Ecatemburgo (Rússia, 2009)

- início das negociações para a formação de um bloco
- clamam por resultados da Rodada Doha da OMC; por reforma nas Nações Unidas (especialmente o Conselho de Segurança); por mais comprometimento do mundo quanto à segurança alimentar, diante da crise econômica global com consequência nos preços dos alimentos nos anos 2007-2008

### II Cúpula em Brasília (Brasil, 2010)

- realizada juntamente com o grupo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul)
- marcada por interesses convergentes dos países em realizar cooperações setoriais (sobretudo energia, segurança alimentar, comércio, investimento, ciência e tecnologia em prol do crescimento inclusivo)
- reforçam a importância da Convenção e Protocolo de Kyoto e reafirmam o princípio da equidade e responsabilidades comuns, porém diferenciadas

### III Cúpula em Sanya (China, 2011)

- países decidem utilizar créditos em suas moedas para o comércio intra-bloco
- propõem estabelecer o 'Grupo BRICS-UNESCO'
- incorporação da África do Sul
- citam a importância da presença dos cinco países BRICS no Conselho de Segurança da ONU

### IV Cúpula em Nova Delhi (Índia, 2012)

- marcou o lançamento da proposta de Banco de Desenvolvimento
- discutiu a posição de reforma das quotas dos países emergentes no FMI
- caracterizou-se pela assinatura de acordos comerciais e monetários intra-bloco
- reconhecem o direito do Irã ao uso pacífico de energia nuclear e sublinham a necessidade de cooperação regional e internacional para estabilização do Afeganistão

### V Cúpula em Durban (África do Sul, 2013)

- discute parceria do bloco com o continente africano em prol de mais industrialização, da integração africana e do desenvolvimento.
- reafirma a intenção de criação de um Banco de Desenvolvimento
- expressam preocupação com a deterioração da situação humanitária na Síria e com a instabilidade na República Democrática do Congo e saudam a admissão da Palestina como Estado observador nas Nações Unidas.
- reafirmam compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e com processo de elaboração da Agenda de Desenvolvimento pós 2015, recordando que é também necessária a implementação ds acordos das grandes conferências internacionais sobre temas específicos.

Fonte: Declarações dos líderes em <http://brics6.itamaraty.gov.br/> (acesso em agosto 2014)

De forma geral e segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, os BRICS:

*"ampliou a voz dos cinco países sobre temas da agenda global, em particular os econômico-financeiros, e deu impulso político para a identificação e o desenvolvimento de projetos conjuntos específicos, em setores estratégicos como o agrícola, o de energia e o científico-tecnológico. [O bloco] abre para seus cinco membros um espaço para (a) diálogo, identificação de convergências e concertação em relação a diversos temas; e (b) ampliação de contatos e cooperação em setores específicos"*

(sítio Ministério das Relações Exteriores)

Desde 2006 até fins de 2013 foram quase 100 reuniões no âmbito dos BRICS, dentre as quais destacam-se, além das reuniões de cúpula e de chanceleres, as reuniões de ministros das finanças, da agricultura, do comércio, da saúde, dos bancos centrais; dos bancos de desenvolvimento; dos institutos de estatística; dos representantes da defesa e segurança; dos magistrados das cortes superiores de justiça dos países; além dos foros empresarial, acadêmico, de think tanks, de cooperativas. Além disso, as reuniões abordam temas como agricultura e desenvolvimento agrário, segurança, ciência tecnologia e inovação, cidades irmãs e governos locais, acesso a medicamentos, agricultura e segurança alimentar, propriedade intelectual e urbanização, que são tratados no âmbito de seminários, foros e grupos de trabalho formados pelos vários grupos de interesse e enquadrados na estrutura do Bloco.<sup>1</sup>

### Foros paralelos ao processo das Cúpulas

O BRICS, entretanto, não pode ser reduzido às reuniões oficiais entre os governos. Para além destas, ocorrem também reuniões que, integradas ao processo das Cúpulas, buscam informar o debate e contribuir para as discussões e decisões dos representantes governamentais. O ponto 62 da declaração de Fortaleza, por exemplo, registra a importância dessas várias instâncias para a tomada de decisão, a saber:

- **Foro Acadêmico anual:** formado por especialistas acadêmicos dos países membros. Tem o propósito de fortalecer o intercâmbio acadêmico e informar os governos com resultados de pesquisas em assuntos de interesse do bloco.
- **Conselho de Think Tanks dos BRICS (BTTC em sua sigla em inglês):** criado em 2013, no bojo da V Reunião do Foro Acadêmico. Composto por um instituto de pesquisa de cada país, sendo o Brasil representado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Tem o objetivo de propiciar a cooperação em pesquisas, compartilhamento de conhecimento, capacitação dos institutos e análises políticas.
- **O Foro Empresarial:** lançado em 2010 para contribuir à ampliação e diversificação do comércio e investimento mútuos. Promove estudos sobre as economias, os segmentos de mercado dos países do bloco que podem ser oportunidades de negócios e investimentos para empresas.
- **O Conselho Empresarial:** anunciado em 2013, é formado por cinco empresas de cada país. Visa contribuir para a consolidação da comunidade de negócios entre os BRICS. O conselho é atualmente presidido pelo empresário brasileiro José Rubens De la Rosa, presidente da Marcopolo. Também integram o conselho representantes da Vale, Gerdau, Banco do Brasil e WEG.
- **O Foro Financeiro:** reúne os Bancos Nacionais de Desenvolvimento desde 2010 para o estabelecimento de acordos de cooperação financeira.

<sup>1</sup> A lista de todos os acordos e reuniões por ano está disponível no sítio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics> Acesso em agosto de 2014.

## Iniciativas da Sociedade de Civil

Apesar de não serem reconhecidas como parte integrante do processo de Cúpulas Oficiais, a sociedade civil vem se mobilizando para construir conhecimento e posicionamentos relacionados às iniciativas empreendidas no âmbito dos BRICS:

- Fórum Sindical dos BRICS, onde participam representantes dos trabalhadores dos cinco países. Em 2014, o III Fórum Sindical dos BRICS registrou sua demanda de reconhecimento formal por parte do processo oficial do bloco, assessorando as reuniões de líderes e o Foro empresarial para assegurar a proteção social e o trabalho decente nos vários temas e grupos de trabalho do bloco.
- Em 2013, movimentos da sociedade civil promoveram, pela primeira vez, um evento paralelo à V Cúpula de Chefes de Estado em Durban na África do Sul, intitulado “Os BRICS vistos de baixo” (BRICS from below). Em 2014, organizaram os “Diálogos sobre o desenvolvimento: a perspectiva dos povos”. (Veja nota na Seção **Aconteceu no Brasil e o no Mundo** desse boletim)

## Acordos formais: a cooperação intra-bloco

Os acordos formais dos BRICS são resultados das discussões setoriais. O grupo precursor que iniciou os trabalhos do bloco foi o grupo de chanceleres dos 5 países cujas reuniões ocorreram à margem das reuniões da Assembleia Geral da ONU nos anos de 2006 e 2007 para identificar a convergência entre a política externa dos países. Posteriormente, elas conduziram os chefes de Estado e de governo, em 2008, a firmarem posição conjunta por ocasião da reunião do G-8 e, em 2009, a instituírem o bloco e suas reuniões anuais.

Entre os outros grupos setoriais que se reúnem desde 2009, citam-se o grupo dos ministros de Finanças, da Fazenda, dos Bancos Centrais e o dos altos funcionários responsáveis pelo tema de Segurança, o que dá indicação das preocupações iniciais e dos temas de interesse do bloco.

Dentre os acordos setoriais de maior envergadura e que foram oficializados durante a Cúpula de Fortaleza, mencionam-se os da área econômica e financeira. Especialmente, o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas. Esses acordos fortaleceram a institucionalização do bloco e tiveram considerável impacto político com a reverberação de dois instrumentos criados para contrabalancear o poder de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Ambos foram anunciados por ocasião da Cúpula de Fortaleza 2014 – pontos 11 e 13 da Declaração.

O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) tem o propósito de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países do Bloco e em outras economias emergentes e em desenvolvimento, complementando os esforços das existentes instituições financeiras multilaterais e regionais. O Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS deve iniciar-se com um capital de US\$50 bilhões (sendo autorizados até 100 bilhões), com aporte inicial dividido igualmente entre os cinco países, sendo que US\$ 10 bilhões serão disponibilizados em

efetivo e os restantes US\$ 40 em garantias que serão utilizadas para levantar recursos nos mercados internacionais.

Já o Acordo Contingente de Reserva (CRA, de sua sigla em inglês) tem o intuito de funcionar como salvaguarda financeira para que os países possam responder às pressões de liquidez de curto prazo sobre a balança de pagamentos. O CRA será disponibilizado conforme a necessidade dos países e terá um capital de US\$ 100 bilhões, dos quais a China se compromete com US\$ 41 bilhões; Brasil, Rússia e Índia com US\$ 18 bilhões cada; e a África do Sul com US\$ 5 bilhões.

Além do NBD e CRA, a Cúpula de Fortaleza avançou nos demais acordos em cooperação econômica e financeira

- o Memorando de Entendimento para a Cooperação Técnica entre Agências de Crédito e Garantias às Exportações dos BRICS, para apoio e aumento de parcerias comerciais entre os países;
- o Acordo de Cooperação em Inovação para o Mecanismo de Cooperação Interbancária dos BRICS;
- a Estratégia de Cooperação Econômica dos BRICS e o Marco dos BRICS de Parceria Econômica Mais Próxima, ambos com o intuito de apresentar proposta mais concreta para a cooperação econômica, comercial e de investimentos na próxima Cúpula, de acordo com os insumos fornecidos pelo Conselho Think Tanks dos BRICS;
- indicação de intenções de cooperação no tocante à administração tributária, a aduana, mercado de seguros e resseguros.

No âmbito dos acordos sociais citados na Declaração de Fortaleza, destaca-se a instrução para que os Institutos de Estatística e Ministérios da Saúde e da Educação trabalhem juntos no desenvolvimento de metodologias de indicadores sociais a serem incorporados na publicação estatística conjunta dos BRICS evidenciando o progresso dos indicadores sociais e o impactos das políticas sociais no crescimento econômico dos países, o que deverá ser feito em parceria com o Conselho de Think Tanks.

Chama-se, também, a atenção para o estudo a ser realizado pelo Conselho dos Think Tanks em vista da formulação de uma estratégia de cooperação no longo prazo que estará orientada para 5 pilares estratégicos, a saber: 1) promoção da cooperação econômica para o crescimento e desenvolvimento econômico; 2) paz e segurança; 3) justiça social, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida; 4) governança política e econômica; 5) progresso com o compartilhamento de conhecimento e de inovação.

Para a cooperação intra-bloco anunciadas por ocasião da Cúpula de Fortaleza menciona-se a I Reunião dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação, na cidade do Cabo, na África do Sul, cuja estratégia deverá ser objeto de um Memorando de Entendimento sobre os seguintes objetivos: (i) fortalecer a cooperação em ciência, tecnologia e inovação; (ii) lidar com desafios socioeconômicos globais e regionais comuns, utilizando

experiências compartilhadas e complementaridades; (iii) gerar, em conjunto, novo conhecimento, produtos inovadores, serviços e procedimentos, utilizando financiamento apropriado e instrumentos de investimento; e (iv) promover, quando cabíveis, parcerias conjuntas do BRICS com outros atores internacionais do mundo em desenvolvimento.

As reuniões de cúpula oferecem sinalizações de interesse sobre a cooperação em vários setores, os encontros setoriais discutem essas parcerias e propõem a oficialização de intenções de cooperar. Ambas as instâncias, entretanto, propiciam também espaços de negociação de acordos entre alguns países (cooperação bilateral) e não necessariamente entre todos (a cooperação multilateral). Esse é o caso da cooperação do Brasil com a China que avançou para a assinatura de 32 acordos atos de cooperação firmados logo após a Cúpula dos BRICS 2014.

## Brasil e China: cada vez mais perto

São 32 acordos de cooperação firmados, durante um único encontro. Os acordos versam sobre infraestrutura, mineração, comércio, ciência e tecnologia, defesa, energia, educação e aviação civil. Entre eles:

- acordos entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiro e as empresas Huawei e Baidu, para a instalação de centros globais de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de empresas chinesas no Brasil. Durante o encontro foi lançada a ferramenta de busca chinesa Baidu no mercado brasileiro;
- venda de 60 aeronaves da Embraer;
- protocolo na área de tecnologia da informação e sensoriamento remoto;
- acordo para facilitar a emissão de visto de negócios para cidadãos dos dois países;
- memorandos de entendimento para incentivar a difusão do mandarim no Brasil e para ofertar estágio na China a estudantes do Programa Ciência sem Fronteiras;
- acordo de cooperação para incremento de cooperação na construção da Hidrelétrica do Rio Tapajós
- acordo pra promoção de investimento e cooperação industrial que visa à interação de empresas e instituições financeiras nas áreas de energia, mineração, infraestrutura, indústria e agricultura;
- memorando de entendimento sobre cooperação para elaboração de projetos ferroviários .

## Saiba mais no OBS #BRICS e #Cúpula dos BRICS

## Agenda

**17 a 21**  
de Novembro

**Global South-South Development Expo**

*Washington D.C - Estados Unidos*

**15 - 16**  
de Novembro

**Reunião de Cúpula dos líderes mundiais do G20**

*Brisbane - Austrália*

**01 - 12**  
de Dezembro

**XX Reunião da Conferência das Partes (COP 20) da convenção internacional para as mudanças climáticas e X Reunião dos Membros do Protocolo de Kyoto**

*Lima - Peru*

**Conheça mais detalhes dos eventos em [obs.org.br/agenda](http://obs.org.br/agenda)**

## Aconteceu no Brasil e no Mundo

Julho

### VI Reunião de Cúpula dos BRICS

**Dias 14 e 15 de julho | Em Fortaleza - Brasil**

A VI Cúpula é um marco importante na história dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A Declaração de Fortaleza anunciou a criação de dois instrumentos financeiros: o Novo Banco de Desenvolvimento com capital inicial de US\$50 bilhões para investir em projetos de infraestrutura em países em desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas (US\$ 100 bilhões) que funcionará como uma salvaguarda financeira para eventuais desequilíbrios nas balanças de pagamento dos países do bloco. A sociedade civil brasileira e internacional organizou uma série de atividades paralelas. Os “Diálogos sobre o desenvolvimento: os BRICS na perspectiva dos povos”, o “Primeiro Fórum das mulheres dos BRICS” e o “III Fórum dos BRICS Sindical” que reuniram movimentos sociais e organizações da sociedade civil dos cinco países para debater o modelo de desenvolvimento pretendido pelo bloco, a atuação das transnacionais em face dos direitos humanos, os bancos de desenvolvimento nacionais, entre outros assuntos.

Leia mais no OBS **#Cúpula dos BRICS**

Julho

### XIII Reunião do Grupo de Trabalho para desenvolvimento após 2015

**Dias 14 a 18 de julho | Em Nova Iorque – Estados Unidos**

O grupo de trabalho aberto da ONU, que discute os objetivos de desenvolvimento sustentáveis para o período posterior ao ano de 2015, produziu um documento final para subsidiar a próxima reunião de Cúpula da Assembleia Geral. Nessa ocasião, espera-se que os líderes globais sob o amparo da ONU definam novos objetivos e metas de desenvolvimento para o pós-2015. Trata-se de 17 áreas temáticas e 169 metas, versando sobre três grandes dimensões do desenvolvimento (econômico, social e ambiental) com o intuito de promover melhores condições de vida para todos seres humanos.

Veja o documento com posicionamento do governo brasileiro e o Documento Final do Grupo de Trabalho da ONU para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no OBS **#Pós 2015**

Julho

### XXIX Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP

**Dias 17 e 18 | Em Díli – Timor Leste**

Os responsáveis pela cooperação dos países membros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) discutiram sobre a necessidade de dotar a comunidade de uma estratégia de cooperação econômica e identificar possíveis mecanismos para o apoio ao investimento e aos negócios no espaço comunitário. Entre os resultados destacam-se: o incentivo à cooperação horizontal e Sul-Sul e a utilização dos Planos Estratégicos de Cooperação, o impulso à realização do I Fórum Econômico Global da CPLP e o apoio à efetiva institucionalização dos mecanismos de participação social concretizado já na realização do II Fórum da Sociedade Civil da CPLP em 2015.

Veja mais no OBS **#CPLP**

Agosto

### I Fórum de Participação Cidadã da UNASUL: o Conselho de Participação Social

**Dia 13 - 15 de agosto | Em Cochabamba – Bolívia**

O I Fórum de Participação Cidadã da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) reuniu mais de 200 representantes de organizações sociais de dez dos doze países que integram a União. Os trabalhos versaram sobre três eixos: participação cidadã no processo de integração sul-americana; conformação do Fórum a partir das diretrizes gerais de trabalho interno e agendas prioritárias para o Plano de Trabalho. As organizações da sociedade civil brasileira presentes no fórum emitiram pronunciamento sobre a necessidade de remeter as resoluções do Fórum a uma consulta doméstica, para ampliar a participação popular no processo.

Leia mais sobre o Fórum de Participação no OBS **#UNASUL**

**Seminário África Negócios****Dia 25 de agosto | Em São Paulo - Brasil**

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) realizou o seminário África Negócios. O evento reuniu empresários, especialistas e representantes de empresas brasileira atuantes naquele continente. Durante a atividade, debateu-se sobre focos de crescimento na África e dinâmicas políticas e econômicas que incentivam esse movimento, o cenário atual dos investimentos diretos brasileiros nos países africanos, os instrumentos da política brasileira que podem proporcionar maior engajamento do setor privado no continente e a participação brasileira em operações de importações e exportações com a África.

Veja o relato da atividade em [obs.org.br/africanegocios](http://obs.org.br/africanegocios)

**Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o que está em jogo nestas negociações? Análises e estratégias da sociedade civil****Dias 10 de setembro | Em São Paulo - Brasil**

A ABONG (Associação Brasileira de ONGs) e a organização Artigo 19, com o apoio da FES (Friedrich Ebert Stiftung) realizaram seminário para compartilhar conhecimentos e construir reflexões sobre a negociação dos ODS e as possibilidades de incidência das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no processo. Durante o seminário debateu-se sobre a participação da sociedade civil brasileira nessa negociação, a relevância e os limites inerentes ao processo do pós 2015 e a negociação dos ODS, com destaque para questões relacionadas à tomada de decisão, ao financiamento do desenvolvimento e ao seu caráter de agenda mínima.

Veja o relato da atividade em: [obs.org.br/sociedadecivil\\_ods](http://obs.org.br/sociedadecivil_ods)

**Publicações Recentes****Artigo*****O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul***

**Adriana Erthal Abdenur e Danilo Marcondes de Souza Neto**  
**Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI), vol. 57, n. 1**

O artigo analisa a cooperação que o Brasil desenvolve no Atlântico Sul, mostrando que o País vem desempenhando o papel de region-builder na construção de uma identidade sul-atlântica com posição de destaque. Tais esforços começam a ser contestados por outros atores de dentro e fora da região da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

**Artigo*****Perspectivas do Território: Haiti – um laboratório de engajamento multisetorial***

**Laura Waisbish e Melissa Pomeroy**  
**Observatório Brasil e o Sul**

Esse estudo aborda o multifacetado engajamento brasileiro no Haiti, desde sua liderança das operações de Paz das Nações Unidas (MINUSTAH) até suas ações de cooperação internacional para o desenvolvimento, a presença de organizações brasileiras da sociedade civil e do setor privado e os desafios e respostas relacionados à migração haitiana ao Brasil.

**Publicação*****The BRICS Development Bank*****Oxfam**

Este Policy Paper discute o papel do novo banco de desenvolvimento dos BRICS para as temáticas de inclusão social da perspectiva da sociedade civil beneficiária das iniciativas de desenvolvimento.

**Livro*****A cooperação multilateral entre os países amazônicos: a atuação da OTCA***

**Rodolfo Ilário da Silva (Universidade Estadual Paulista - UNESP)**  
**Editora Cultura Acadêmica**

O livro trata de um tema pouco discutido pelos especialistas brasileiros em relações internacionais, o processo de cooperação (e os eventuais conflitos) entre os países da região amazônica - Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname – que conformam a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) nos aspectos político, institucional e ambiental.

**Artigo*****Regional Cooperation and Refugee Protection in Latin America: a South-South Approach***

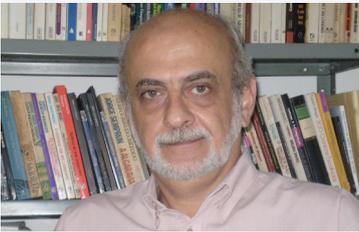
**Tristan Harley**  
**International Journal of Refugee Law - Oxford**

Desde a declaração do México em 2004, os países da América Latina expandiram seus mecanismos de proteção aos refugiados para aqueles que pedem asilo. Essas mudanças ocorreram devido ao crescimento das leis nacionais, estabelecendo obrigações de proteção aos refugiados na região e um novo compromisso em nível regional para dividir a responsabilidade de proteção. Este artigo analisa como os governos latino-americanos desenvolveram e implementaram esta abordagem Sul-Sul no tema da proteção aos refugiados e examina os méritos da iniciativa tanto para a América Latina, quanto para o regime internacional de refugiados.

**Para acessar os enlaces das publicações visite**  
**[obs.org.br/biblioteca](http://obs.org.br/biblioteca)**

## CONSEA em entrevista

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é um conselho de assessoramento imediato à Presidência da República, composto por dois terços da sociedade civil e um terço de governo. Todas as propostas e recomendações devem ser aprovados em reuniões Plenárias. Para dar suporte técnico e administrativo, o CONSEA conta com uma Secretaria Executiva.



### Renato S. Maluf

Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), 2007-2011 e atual conselheiro. Professor Associado IV do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional e integra o Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. Membro do Comitê Diretivo do Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional do Comitê das Nações Unidas de Segurança Alimentar Global, 2010-2015.



### Mirlane Klimach Guimarães

Assessora técnica internacional na Secretaria Executiva do CONSEA desde 2008, onde sua atuação é pautada a partir das deliberações decididas em Plenária. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília em 2002 e especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 2004. Até 2008, atuou como assessora técnica na Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com o Programa de Aquisição de Alimentos.

### Como você vê a parceria do governo com a sociedade civil na cooperação com países em desenvolvimento? Ela reflete a parceria no plano nacional?

**Renato:** Ela é indispensável, mas ainda aquém do que já se conseguiu construir internamente. Faltam-nos espaços de coordenação da atuação internacional do Brasil na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que é ampla, diversificada e fragmentada. Há dificuldades no tocante à organização da sociedade civil nos países receptores da cooperação e na disponibilidade dos respectivos governos em admitir a participação social efetiva. Também, as organizações da sociedade civil brasileira ainda não estão suficientemente preparadas para essa atuação internacional.

**Mirlane:** Considero que a participação da sociedade civil na formulação, execução, monitoramento e avaliação de projetos de cooperação internacional é fundamental para promover a soberania alimentar, a SAN e o Direito Humano à Alimentação Adequada dos países tendo em vista que norteiam a atuação brasileira na cooperação, muitas vezes a participação da sociedade civil não é incorporada efetivamente na celebração dos acordos de cooperação. Sabe-se que ainda há setores de governo no Brasil que não criaram espaços institucionalizados para o diálogo com a sociedade civil. Diante disso, algumas contradições internas são também expressas nos acordos de cooperação sul-sul.

### Quais são as ações de cooperação Sul-Sul em que o CONSEA está ou esteve envolvido e que merecem destaque? Por que o destaque?

**Renato:** O CONSEA já participou de missões oficiais do Governo Brasileiro, vários conselheiros participam com frequência em

atividades no exterior, recebemos rotineiramente delegações estrangeiras para intercâmbio de experiências, integramos o Comitê de Monitoramento do PAA-África e realizamos eventos com representações estrangeiras durante nossas Conferências Nacionais e fora delas. O destaque se deve à notoriedade internacional adquirida pela nossa experiência de participação social no campo da SAN.

**Mirlane:** Primeiramente, é importante esclarecer que o papel do CONSEA não abrange a execução de projetos, mas sim participação na formulação, monitoramento e avaliação. A partir dessa premissa, as ações de cooperação sul-sul prioritárias para o acompanhamento do CONSEA atualmente são o PAA África e o Pró-Savana. O CONSEA tem manifestado diversas críticas ao Pró-Savana, especialmente quanto à participação da sociedade civil local que pouco tem sido ouvida e considerada na tomada de decisão e pela priorização dos interesses das empresas brasileiras em detrimento aos direitos dos camponeses de Moçambique. Por outro lado, um exemplo considerado positivo pelo CONSEA no campo da cooperação internacional é a iniciativa PAA África que foi criado sob a inspiração do Programa de Aquisição de Alimentos implementado no Brasil, cujo principal objetivo é fortalecer a agricultura familiar, camponesa e indígena e promover a segurança alimentar e nutricional por meio do acesso a alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e transgênicos e que respeitam os hábitos e tradições alimentares locais.

### Para você, qual a importância da participação da sociedade civil na cooperação internacional?

**Renato:** Primeiro, para fortalecer as iniciativas de participação nos países cooperantes. Segundo, para monitorar a atuação do

Governo Brasileiro não raro promotora de iniciativas contrastantes, se não conflitantes. Terceiro, para enriquecer a nossa própria atuação doméstica com a troca de experiências.

**Mirlane:** O formato de cooperação pautada puramente na relação intergovernamental tem demonstrado ser ineficaz tanto do ponto de vista dos direitos humanos quanto do desenvolvimento dos países e de suas populações. A participação social tem sido defendida pelo CONSEA em todos os espaços internacionais dos quais é convidado a contribuir, pois a experiência brasileira no campo da segurança alimentar e nutricional demonstra que o sucesso dos programas brasileiros na erradicação da fome e da desnutrição devem-se ao fato da criação dessas políticas ter sido proposta em diálogo permanente com a sociedade civil, por iniciativa dos movimentos sociais brasileiros.

### **Como entendem o tema da SAN na CPLP? Quais são os avanços e desafios até agora percebidos?**

**Renato:** Houve um importante movimento de construção da Estratégia de SAN no âmbito da CPLP, uma rede de sociedade civil foi construída e compromissos anunciados. Tem havido avanços nas políticas adotadas por alguns dos países da Comunidade, porém, não em todos e em ritmos que ainda deixam a desejar. Há questões nas orientações e estratégias, sobretudo, no campo da agricultura. O componente de participação social ainda é frágil. Por fim, vejo ainda pouca capacidade de articulação no âmbito da Comunidade.

**Mirlane:** O CONSEA definiu em 2008 as prioridades de sua agenda internacional, sendo a cooperação com os países da CPLP uma delas. Desde então, o CONSEA tem acompanhado e dialogado tanto com os governos quanto com as redes da sociedade civil desses países no campo da segurança alimentar e nutricional. Percebemos que a aprovação da SAN como prioridade pela Cúpula de Países da CPLP de 2012 é um importante avanço, bem como a aprovação da criação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP. Apesar da participação da sociedade civil ter sido aprovada, ainda limita-se ao direito de voz e não de voto. Entre os principais desafios, o CONSEA destaca a existência de diferentes concepções sobre o conceito de sociedade civil entre os países da CPLP que acaba por gerar nos governos uma certa resistência à participação social efetiva, o que também se justifica pela fragilidade das instituições de países com recente processo de democratização.

### **A contribuição do governo brasileiro mostra-se maior e mais prioritária na modalidade da cooperação bilateral (técnica e humanitária) do que da cooperação comunitária (multilateral).**

#### **O que acham desse cenário?**

**Renato:** O Brasil tornou-se um doador líquido na cooperação internacional, tem presença destacada, mas reconhecidamente

não dispõe de uma política de cooperação internacional. Órgãos de governo concordam sobre essa carência. Temos apoiado a constituição de um Conselho de Política Externa que preveja participação social, e temos atuado para dar maior transparência e articulação no campo da SAN.

**Mirlane:** O CONSEA encaminhou, recentemente, um conjunto de propostas ao governo brasileiro referentes à cooperação técnica, humanitária e multilateral por meio da Exposição de Motivos nº 007, de 5 de dezembro de 2013, na qual o CONSEA reconhece os avanços e aponta os desafios nesse campo<sup>1</sup>. Contudo, manifesta preocupação com o crescimento de iniciativas globais bilaterais que ignoram os mecanismos multilaterais de decisão e que colocam em pé de igualdade o poder dos Estados e do setor privado, colocando em risco a garantia do direito humano à alimentação adequada e a soberania alimentar dos povos.

### **O que, no seu ponto de vista, explica a dificuldade para a parceria governo e sociedade civil na tomada de decisão da CPLP?**

**Renato:** A fragilidade de coordenação das instâncias regionais e a resistência de governos pouco habituados a mecanismos institucionalizados de participação e controle social. A fragmentação e, ainda, a frágil organização da própria sociedade civil também explicam essa dificuldade.

**Mirlane:** Entendo que a principal dificuldade para a concretização do diálogo do governo com a sociedade civil deve-se, em grande medida, ao receio do enfraquecimento das instituições governamentais e ao processo histórico de incipiente participação social em suas políticas nacionais. Relevante também destacar que a ausência de comprometimento com o financiamento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP é outra dificuldade para essa parceria. O CONSEA encaminhou ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil uma Recomendação de aporte financeiro do governo brasileiro para o funcionamento do CONSAN da CPLP.

### **Você gostaria de comentar algo a respeito da não realização da reunião do CONSAN antes da reunião de Cúpula da Comunidade ocorrida em Díli, Timor Leste, no mês de julho?**

**Renato:** Não tenho nenhum comentário específico, exceto lamentar a dificuldade em por em pé uma instância com esforço constituída em Maputo já há algum tempo. Espero uma atuação mais incisiva do Governo Brasileiro nessa direção, e da própria sociedade civil brasileira.

**Mirlane:** Apesar dos esforços de criação do CONSAN em 2012 e da aprovação dos Chefes de Estado, na última Cúpula da CPLP em 2014, de uma Resolução que endossa a Declaração do CONSAN, a não realização de reunião presencial deste Conselho antes da reunião da Cúpula retarda novamente a incidência das propostas e contribuições da sociedade civil à implementação da Estratégia de SAN da CPLP.

<sup>1</sup> A Exposição de Motivos pode ser encontrada no sítio eletrônico do CONSEA em <http://www3.planalto.gov.br/consea/plenarias/exposicao-de-motivos/2013/e.m.-no-007-2013/view> Acesso em setembro de 2014